

LIBERDADE SEM FACE

Desembargadores e outros quatro acusados deixam a prisão em Brasília

AD 22508

■ Quadro dias após serem presos pela Operação Naufrágio, que investigou um esquema de negociação de sentenças no Tribunal de Justiça do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, e outros seis presos na Operação Naufrágio deixaram a prisão ontem, em Brasília, evitando entrevistas e escondendo o rosto. Eles foram liberados da prisão pela ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a mesma que havia expedido os mandados de prisão temporária para a Polícia Federal.

Do grupo fazem parte dois outros desembargadores, Elpídio José Duque e Josenider Vaz, além do juiz Frederico Luís Pimentel, dos advogados Paulo Duque e Pedro Celso Pereira e da diretora de Distribuição do tribunal, Débora Sarcinelli.

A ministra Laurita Vaz, que preside a investigação, considerou que, uma vez tomados os depoimentos dos acusados e feita a coleta de provas, cessaram as razões da prisão temporária. Ela advertiu, porém, que os acusados devem ficar à disposição do tribunal, "para atender, sem embaraços, a chamados para prestar esclarecimentos adicionais no inquérito judicial em andamento".

SEM DIREITO A VIAGENS

A restrição imposta pela ministra significa que os acusados não podem deixar o país, nem fazer qualquer tipo de deslocamento sem permissão prévia dela. Ela também determinou o envio de cópias dos autos para o TJ-ES e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a adoção de "medidas administrativas que entenderem cabíveis".

Em Brasília desde a noite de terça-feira, os acusados, porém, pouco colaboram com as investigações. O presidente do TJ e os demais magistrados sequer aceitaram ser ouvidos ne-



AE

Passagem curta

4 dias

■ Foi o tempo que os acusados de participação no esquema de venda de sentença no Tribunal de Justiça do Estado passaram presos, em Brasília.

Pimentel teria sofrido princípio de infarto

Presidente afastado do tribunal foi levado para o Incor, onde permanecia internado na noite de ontem

■ O presidente afastado do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, permanecia internado no Instituto do Coração Incor-DF, em Brasília, ontem à noite, após sofrer um princípio de infarto. Pimentel, preso com outras seis pessoas na terça-feira suspeitas de participação em um esquema de venda de sentenças judiciais, passou mal e foi levado inicialmente para o Hospital de Base de Brasília, de onde foi transferido para o Incor-DF.

Segundo boletim médico, Frederico Pimentel estava em observação médica para avaliação cardiológica e sem previsão de alta. O desembargador teria sofrido o princípio de infarto na noite de quinta-feira.

Ele e outros dois presos na Operação Naufrágio, que

derou que, uma vez tomados os depoimentos dos acusados e feita a coleta de provas, cessaram as razões da prisão temporária. Ela advertiu, porém, que os acusados devem ficar à disposição do tribunal, "para atender, sem embaraços, a chamados para prestar esclarecimentos adicionais no inquérito judicial em andamento".

SEM DIREITO A VIAGENS

A restrição imposta pela ministra significa que os acusados não podem deixar o país, nem fazer qualquer tipo de deslocamento sem permissão prévia dela. Ela também determinou o envio de cópias dos autos para o TJ-ES e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a adoção de "medidas administrativas que entenderem cabíveis".

Em Brasília desde a noite de terça-feira, os acusados, porém, pouco colaboram com as investigações. O presidente do TJ e os demais magistrados sequer aceitaram ser ouvidos pela delegada Paula Santos Fontanelli, a quem a ministra delegou a missão por ter de viajar às pressas por problema de saúde na família. Pimentel alegou que, por prerrogativa de função, como presidente de um poder estadual, deveria ser ouvido pela ministra, não por uma delegada.

Sob forte proteção policial para preservação de privacidade, por ordem do STJ, os demais presos providenciavam hoje à noite o retorno ao Estado, após fazerem exame de corpo de delito no IML.

Quem foi solto

- **Frederico Guilherme Pimentel.** Desembargador e presidente afastado do Tribunal de Justiça
- **Elpídio José Duque.** desembargador
- **Josenider Varejão Tavares.** Desembargador

- **Frederico Luis Schaider Pimentel.** Juiz, filho do presidente afastado do Tribunal de Justiça

- **Paulo Duque.** Advogado
- **Pedro Celso Pereira.** Advogado

- **Bárbara Pignaton Sarcinelli.** Ex-diretora de Distribuição do Tribunal de Justiça, cunhada de Frederico Luís Pimentel



SAÍDA. Um desembargador e outro preso pela Operação Naufrágio deixam o Instituto Médico Legal (IML) de Brasília



EX-DIRETORA. Bárbara Pignaton Sarcinelli, que dirigia o setor de distribuição do TJ, saiu do IML com os demais presos na operação

na noite de ontem

■ O presidente afastado do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, permanecia internado no Instituto do Coração Incor-DF, em Brasília, ontem à noite, após sofrer um princípio de infarto. Pimentel, preso com outras seis pessoas na terça-feira suspeitas de participação em um esquema de venda de sentenças judiciais, passou mal e foi levado inicialmente para o Hospital de Base de Brasília, de onde foi transferido para o Incor-DF.

Segundo boletim médico, Frederico Pimentel estava em observação médica para avaliação cardiológica e sem previsão de alta. O desembargador teria sofrido o princípio de infarto na noite de quinta-feira.

Ele e outros dois presos na Operação Naufrágio, que estão em um alojamento da Polícia Civil no Distrito Federal, foram levados ao hospital Regional Asa Norte depois de passar mal. Mais tarde, todos retornaram ao alojamento, mas ainda durante a noite Frederico Pimentel sentiu-se mal novamente e foi levado para o Instituto do Coração.

De acordo com os advogados do presidente afastado, a Polícia Federal tentava transferi-lo para um hospital público de Brasília, o que a defesa pretendia evitar.

Um dos presos já havia sido liberado

■ Preso durante a Operação Naufrágio por porte ilegal de arma, o procurador de Justiça Eliezer Siqueira de Souza já havia deixado, na noite de quarta-feira, a carceragem da sede da Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha. O relaxamento de prisão foi concedido pelo desembargador do Tribunal de Justiça (TJES) Sérgio Bizzotto. Eliezer havia sido preso na terça-feira, durante operação, sob acusação de porte ilegal de arma. Ele foi um dos investigados pela PF no esquema de venda de sentenças, mas, inicialmente, só havia contra ele mandado de busca e apreensão.